



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Professores lotam Assembleia Piso nacional.

"Com medida provisória em andamento,
debate vai a campo político"

(Jornal Notícias do Dia, Cidade, p. 04)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 26/5/11



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 26/05/11
Assunto: Professores lotam a Assembleia		Página: 04

Professores lotam Assembleia

Piso Nacional. Com medida provisória em andamento, debate vai a campo político

FLORIANÓPOLIS – Professores em greve promoveram mais um dia de protestos na Capital, durante o oitavo dia da greve. Lotando as galerias da Assembleia Legislativa na tarde de ontem, pediram a retirada de pauta da Medida Provisória que fixou a nova tabela de vencimentos e está em tramitação. Deputados da oposição aproveitaram a presença dos manifestantes para engrossar o coro e defender a retirada da MP que fixou o piso nacional da categoria em R\$ 1.187,00.

A deputada Ana Paula Lima (PT) fez um apelo para derrubar a medida provisória já na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), onde será apreciada a constitucionalidade da lei, enquanto a deputada Luciane Carminatti (PT) mirou críticas no atual governador. “Colombo se elegeu construindo uma imagem de homem de diálogo, mas o lema de manter as pessoas em primeiro lugar parece não estar consolidada”. Carminatti diz ter convicção que o governo do Estado tem recursos para pagar a tabela que os professores apresentaram, e não a anexada na MP 188.

O líder do governo adoc, (sem nomeação oficial), deputado Jean Kuhlmann (DEM), recebeu vaias das galerias, mas comunicou que está disposto a interceder em favor dos professores. Recebeu a tabela de progressão salarial do piso nacional proposto pelo MEC, que começa com o piso nacional de R\$ 1.187,97 e conclui com o salário de R\$ 3.422,50. A tabela do governo prevê salário de R\$ 1.755,83 para professores com pós-graduação.

Reunião com professores. Após intercessão do líder do governo, o governador em exercício Pinho Moreira acenou que atenderia os professores do Sinte hoje pela manhã, mas sem acertar horário

“Governo deu o que podia”, diz Fazenda

O secretário de Estado da Fazenda, Ubiratan Rezende, que ontem à tarde acompanhou no Tribunal de Contas a votação do parecer das contas de 2010, disse que o governo foi até onde podia no reajuste dado aos professores. Ele disse que será muito difícil retirar a MP da Assembleia,

como querem os professores. “Retirar a MP implicaria em retirar direitos já consolidados dos professores que tiveram aumento salarial.” Rezende entende que, para dar mais reajustes, o governo teria que fazer opções, como tirar dinheiro de investimentos. “Mas só o governador pode fazer isso.”



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Claudio Prisco	Data: 26/05/11
Assunto: Cronograma		Página: 18

Cronograma

Já está rodando a folha dos professores estaduais, com o reajuste concedido pelo governo, a partir da deliberação do STF em torno do piso salarial. Isso quer dizer que para maio não há mais possibilidade de acordo com o Sinte no que se refere a contemplar a carreira. Como a MP tem tudo para ser aprovada pela AL, os parlamentares governistas entraram no circuito para intermediar um encontro dos líderes sindicais com o governador. Considerando que a comitiva desembarca amanhã no Estado, a conversa dos sindicalistas será com Raimundo Colombo e Eduardo Moreira, na segunda. O Centro Administrativo ganha dois dias para avançar nos entendimentos com a Secretaria da Educação.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 26/5/11
Assunto: Greve dos professores, Estado reafirma falta de dinheiro		Página: 29

GREVE DOS PROFESSORES

Estado reafirma falta de dinheiro

Governo garante que não tem condições de estender aumento a todos os níveis de formação, principal reivindicação do Sinte

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) insistem em novas negociações com o Estado. Deputados procuram o governo para pedir que seja retomado o diálogo em torno do pagamento do piso nacional do magistério, repassando o reajuste para toda a carreira. Mas o governo reafirma que não tem dinheiro para atender a reivindicação.

O secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps garantiu não ser possível manter as diferenças salariais atuais entre os níveis de formação. E que gastaria R\$ 1,3 bilhão por ano a mais do orçamento para atender a reivindicação. Isso elevaria a despesa com pessoal do Executivo a quase R\$ 8 bilhões, o que ultrapassaria o limite de 49%, imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

– Teremos que reorganizar toda a carreira do magistério, respeitando a formação, e queremos fazer isso com a participação dos professores. Mas isso exige um bom tempo. Não se faz isso em uma semana e nem temos como fazer com a categoria em greve. Por isso, pedimos para que retomem as aulas – ressaltou.

Com a medida provisória (MP) que está tramitando na Assembleia Legislativa (AL), serão gastos R\$ 140 milhões em 2011. Esta verba virá do orçamento previsto para a Educação neste ano. Para pagar os novos salários, segundo o governo, serão tirados R\$ 60 milhões que iriam para compra de uniformes e outros R\$ 80 milhões da manutenção de escolas.

A folha de pagamento com o novo valor está sendo rodada. A diretora de Desenvolvimento Humano, Elizete Mello, disse que, a partir do dia 28 deste mês, o professor verá a alteração no contracheque. Por enquanto, a folha disponível traz o valor antigo.

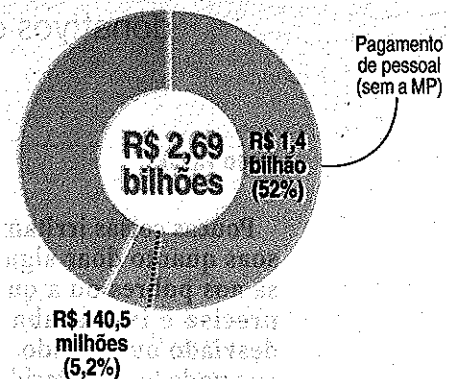
Representantes do Sinte estiveram ontem na AL, pedindo que os deputados não aceitem a MP e que façam uma intermediação com o governo. O presidente da AL, Gelson Merisio, adiantou que dificilmente a base governista irá derrotar o governo. Ele disse que só haverá mudança na MP se vier do Executivo.

– Não cabe a nós decidir pelo governo. O que podemos fazer é abrir esse canal de comunicação entre professores e Estado – explicou.

Na próxima semana deve acontecer um encontro entre deputados estaduais e o governador Raimundo Colombo, a pedido do vice-líder do governo na AL, Jean Kuhlmann.

julia.antunes@diario.com.br

ORÇAMENTO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO EM 2011



Gasto a mais em 2011 com o reajuste previsto pela MP

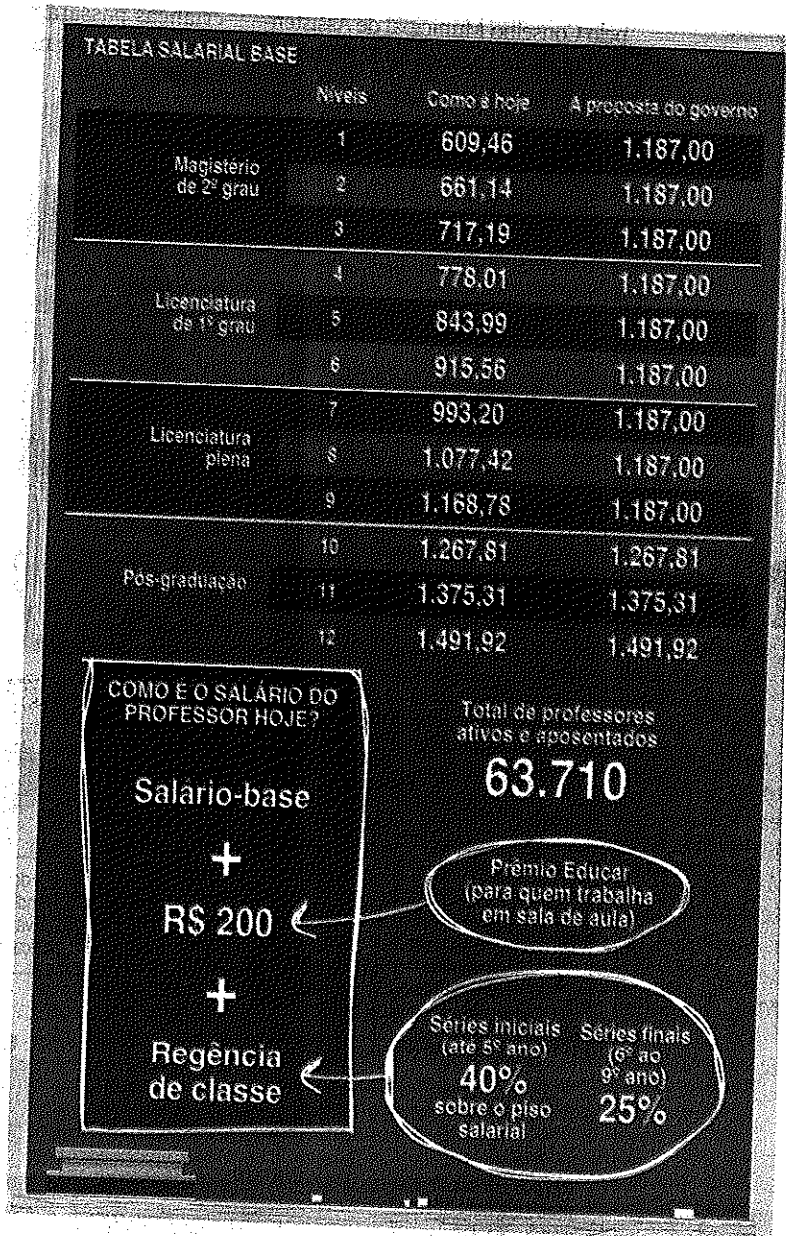
De acordo com o governo, adicionaria R\$ 14 milhões por mês, a que daria, a partir de maio, cerca de R\$ 140,5 milhões (1,07% do total do orçamento) em 2011 ou R\$ 196,8 milhões (1,5% do total do orçamento) em 2012 e 2013.

Essa verba será remanejada. Segundo o governo, o dinheiro que iria para compra dos uniformes, por exemplo, vai para o pagamento de professores.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 26/5/11
Assunto: Greve dos professores, Estado reafirma falta de dinheiro		Página: 29





CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 26/5/11
Assunto: Greve dos professores, Estado reafirma falta de dinheiro		Página: 29

COMO FICARIAM OS SALÁRIOS?

EF = ensino fundamental
EM = ensino médio

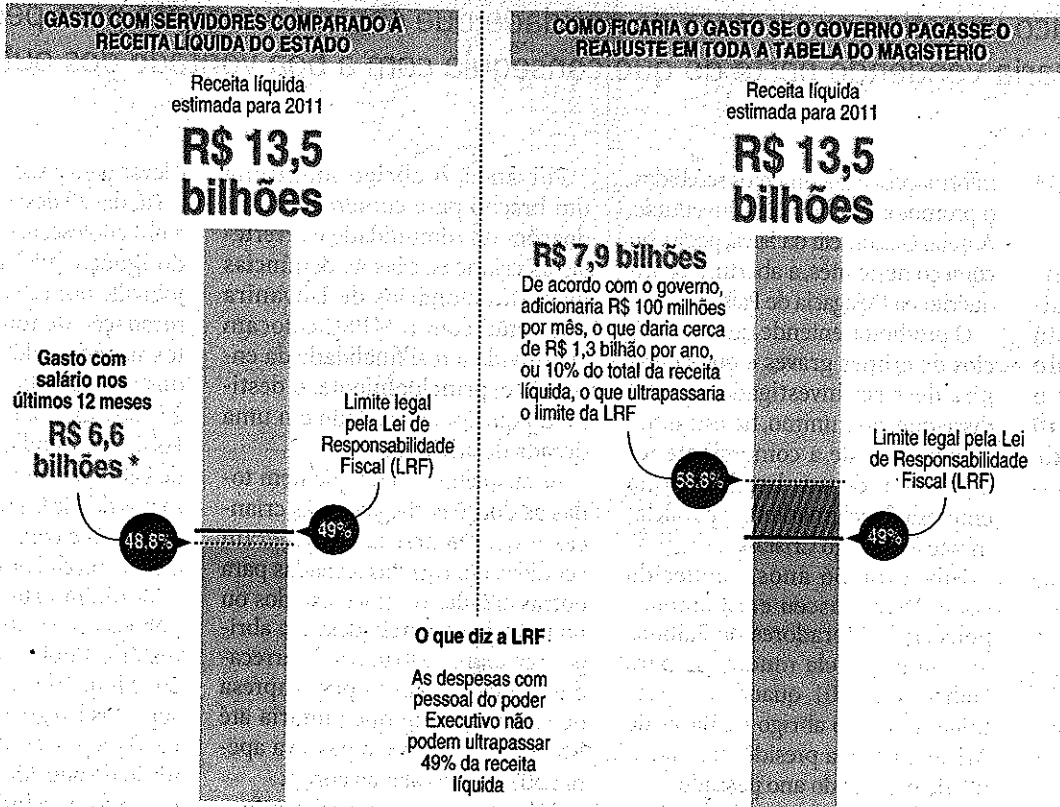
		Proposta do governo	Proposta dos professores
Magistério com ensino médio que atua nos anos finais do EF e EM	Vencimento inicial	R\$ 1.187	R\$ 1.187
	25% regência	R\$ 296,75	R\$ 296,75
	Prêmio Educar	R\$ 200	R\$ 200
	Total	R\$ 1.683,75	R\$ 1.683,75
Nível superior que atua nos anos finais do EF e EM	Vencimento inicial	R\$ 1.187	R\$ 1.953,99
	25% regência	R\$ 296,75	R\$ 488,49
	Prêmio Educar	R\$ 200	R\$ 200
	Total	R\$ 1.683,75	R\$ 2.642,48
Pós-graduação que atua nos anos finais do EF e EM	Vencimento inicial	R\$ 1.267,81	R\$ 2.471,45
	25% regência	R\$ 316,95	R\$ 617,86
	Prêmio Educar	R\$ 200	R\$ 200
	Total	R\$ 1.784,75	R\$ 3.289,31
Mestrado que atua nos anos finais do EF e EM	Vencimento inicial	R\$ 1.375,31	R\$ 2.681,03
	25% regência	R\$ 343,85	R\$ 670,25
	Prêmio Educar	R\$ 200	R\$ 200
	Total	R\$ 1.919,26	R\$ 3.551,28
Doutorado que atua nos anos finais do EF e EM	Vencimento inicial	R\$ 1.491,92	R\$ 2.908,39
	25% regência	R\$ 372,98	R\$ 727,09
	Prêmio Educar	R\$ 200	R\$ 200
	Total	R\$ 2.064,49	R\$ 3.835,48



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 26/5/11
Assunto: Greve dos professores, Estado reafirma falta de dinheiro		Página: 29

MATEMÁTICA DO REAJUSTE



* O governo inclui no gasto despesas com terceirizados, estagiários e inativos pagos pelo Iprev, o que a lei não exige. Se não incluísse, o gasto teria sido de R\$ 5,6 bilhões (42%).



CLIPPING

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 26/5/11
Assunto: Estado reafirma falta de verba		Página: online

Greve - Estado reafirma falta de verba

Governo diz não ter condições de estender aumento a todos os níveis de formação dos professores

BLUMENAU/FLORIANÓPOLIS - O auditório da Câmara de Vereadores de Blumenau ficou lotado ontem de manhã. Professores da rede estadual participaram de uma audiência pública para debater a situação dos trabalhadores na educação em Santa Catarina, que estão em greve há uma semana. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) insistem em novas negociações com o Estado. Deputados procuram o governo para pedir que seja retomado o diálogo em torno do pagamento do piso nacional do magistério, repassando o reajuste para toda a carreira. Mas o governo reafirma que não tem dinheiro para atender a reivindicação.

O secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, informou que estudos continuam sendo feitos para que a tabela salarial seja reorganizada. De acordo com ele, o governo não tem condições de manter diferenças salariais entre os diferentes níveis de formação. Para atender a reivindicação do Sinte, o Estado gastaria, por ano, R\$ 1,3 bilhão a mais do orçamento, o que extrapolaria a Lei de Responsabilidade Fiscal.

– Teremos de reorganizar toda a carreira do magistério, respeitando a formação, e queremos fazer isso com a participação dos professores. Para se reorganizar a carreira, vai exigir um bom tempo. Não se faz isso em uma semana – ressaltou.

Folhas de pagamento com novo piso estão sendo impressas

Com a medida provisória (MP) que está tramitando na Assembleia Legislativa, serão gastos R\$ 140 milhões em 2011. Esta verba virá do orçamento previsto para a Educação neste ano. Para pagar os novos salários, serão tirados R\$ 60 milhões que iriam para compra de uniformes e outros R\$ 80 milhões para a manutenção de escolas. As folhas de pagamento, com o novo valor, estão sendo rodadas. A diretora de Desenvolvimento Humano, Elizete Mello, disse que, a partir do dia 28, o professor verá a alteração no contracheque.

Representantes do Sinte estiveram ontem na Assembleia Legislativa pedindo que os deputados não aceitem a MP e que façam uma intermediação com o governo. O presidente da Assembleia, Gelson Merísio, adiantou que dificilmente a base governista irá derrotar o governo.

– Não cabe a nós decidir pelo governo. O que podemos fazer é abrir esse canal de comunicação entre professores e Estado – explicou.

julia.antunes@diario.com.br JÚLIA ANTUNES LORENÇO



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do leitor	Data: 26/5/11
Assunto: Diversos		Página: 33

“

O governador Raimundo Colombo, durante sua campanha, disse que iria administrar o Estado tecnicamente e que priorizaria o ensino, através da valorização dos professores. Pura balela. No primeiro aperto, foi parar na Europa.

*Jorge Alberto da Silva
Florianópolis*

”

Piso salarial

Estou indignado com o desca-so do governo estadual para com seus profissionais da educação. A última proposta do governo concede piso salarial de R\$ 1.187 para professores que estudaram até o ensino médio. E para aqueles que fizeram faculdade ou pós-graduação? Como podemos estimular nossos alunos a estudarem e se aperfeiçoarem se o próprio governo diz, desta forma, que basta ter o ensino médio? Sem desmerecer aqueles que o tem, pois penso que todos devemos ter salário justo e de acordo com a lei do piso nacional.

*Euclides da Cunha
Por e-mail*

O governo alega que não pode dar aumento aos professores, pois ultrapassaria o limite máximo imposto pela lei de responsabilidade fiscal. Isto seria uma boa oportunidade para acabar com as secretarias regionais, que só servem para abrigar políticos sem cargo, mas falta coragem.

*Eduardo Valle
Por e-mail*

SOBRE O DC

A fala escorregadia do secretário da Educação, Marco Tebaldi, em entrevista à reportagem especial do DC de ontem, demonstra a forma como o governo de SC trata a educação em nosso Estado. O novo piso foi adiado de forma irresponsável ao cumprimento da lei federal, sob o argumento de que a decisão do STF ainda não havia sido publicada. Isso é o resultado de um político carreirista, sem qualquer passado técnico ou acadêmico que o habilite para a função.

*Hugo Frederico Vieira Neves
Florianópolis*





CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 26/5/11
Assunto: Gestões LHS e Pavan – Contas têm 19 ressalvas e mais 21 recomendações		Página: 9

GESTÕES LHS E PAVAN

Contas têm 19 ressalvas e mais 21 recomendações

Parecer do TCE foi aprovado por unanimidade e deve ser avaliado pela Assembleia Legislativa

MAYARA RINALDI

O Tribunal de Contas do Estado aprovou, ontem, por unanimidade, as contas do governo referentes a 2010 – gestão dos governadores Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e Leonel Pavan (PSDB). O parecer do relator, conselheiro Salomão Ribas Junior, apresentou 19 ressalvas e 21 recomendações – recorde no primeiro item.

O parecer do TCE segue para a Assembleia Legislativa, onde precisa ser aprovado. A novidade, neste ano, será um plano de monitoramento das ações do governo para corrigir o que foi apontado como ressalva. Até o ano passado, o tribunal apenas listava as considerações, mas o Executivo não tinha obrigação de tomar nenhuma providência.

De acordo com Ribas Junior, assim que receber o relatório, depois da aprovação na Assembleia, o governo deverá apresentar, em até 90 dias, um plano de ação para superar as ressalvas. O TCE determinou ainda a realização de auditorias na Casan, que foi questionada por apresentar um prejuízo em 2010 de R\$ 11,4 milhões, e na SC Gás, para verificar a distribuição de lucros da empresa e a fixação do preço do gás.

Relator afirma que não há motivos para rejeição

Apesar do recorde de ressalvas, o relator disse que não houve nenhum fato determinante que comprometesse as contas como um todo, por isso não haveria justificativa para rejeição.

– Nós fizemos uma recuperação de algumas ressalvas de contas passadas que acabaram não sendo atendidas – disse o relator das contas.

O conselheiro apontou as considerações sobre as áreas de educação e saúde como as mais graves. Entre as ressalvas da educação, Ribas Junior citou a inclusão dos gastos com inativos no cálculo do percentual de 25% que o Estado deve aplicar para desenvolvimento e manutenção do ensino; o descumprimento do artigo 170 da Constituição Estadual, que determina a aplicação de recursos para financiar bolsas no ensino superior; e deficiências nas escolas públicas como falta de professores e de estrutura física.

Na Saúde, o relator das contas indicou também a inclusão dos gastos com inativos no cálculo do percentual de 12% que o Estado deve aplicar em serviços públicos.

Os dois ex-secretários da Fazenda, Antonio Gavazzoni e Cleverson Siewert, que responderam pela pasta no ano passado, acompanharam a sessão de julgamento das contas. Ambos afirmaram que ficaram satisfeitos com o resultado.

– O mais importante é que a receita foi maior do que a despesa e mantivemos o mesmo nível de investimento – afirmou Siewert.

Para Gavazzoni, a aprovação mostra que o Estado mantém a regularidade fiscal. Ele afirma que, no caso dos repasses constitucionais de educação e saúde, o Estado vem diminuindo, ano a ano, a percentagem de inativos considerados no cálculo.

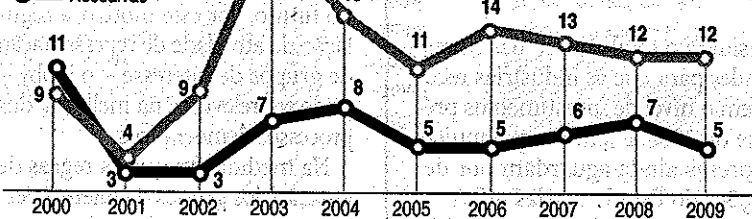
Dé acordo com Ribas Junior, no caso de contas rejeitadas, o governador pode ficar inelegível por oito anos. Em Santa Catarina, o Tribunal de Contas não aprovou as contas do Estado em 1996 e 1998 – dois anos de gestão do governador Paulo Afonso Vieira (PMDB).

EM OUTROS ANOS

As decisões do Tribunal

Recomendações

Ressalvas





CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 26/5/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Impacto nas contas

O governo do Estado deixou de repassar, nos últimos anos, a quantia de R\$ 1,670 bilhão para a educação e de R\$ 627,700 milhões para o setor saúde. É o que consta da página 92 do parecer prévio do conselheiro Salomão Ribas Júnior nas contas do governo Luiz Henrique-Pavan de 2010.

Um substancial documento técnico de 128 páginas traz, de forma didática, apreciações judiciosas e esclarecedoras sobre a receita tributária estadual e a destinação dos recursos aos poderes, aos diferentes setores, às empresas e demais órgãos públicos.

Ao avaliar o funcionamento dos quatro fundos criados no governo Luiz Henrique (Esporte, Turismo, Cultura e Fundo Social), o relator revela que no quinquênio (2006-2010) o Estado deixou de repassar para a educação e saúde a quantia de R\$ 689,910 milhões, considerando o desvio dos quatro fundos, cujo recursos não são computados na receita tributária estadual. São, assim, excluídos da redistribuição aos poderes e setores definidos na Constituição, como saúde (12%) e educação (25%). Ressalta o documento, de forma textual: “Desse valor (689 milhões), R\$ 465,910 milhões foram subtraídos da educação e R\$ 223,640 milhões da saúde”.

O relator somou, também, os valores destinados ao pagamento de inativos na saúde e na educação e o que foi contabilizado como investimento nas duas áreas. Chegou às somas de R\$ 1,210 bilhão não aplicados na educação e R\$ 404 milhões não destinados à saúde. Ele lembrou decisão do TCE determinando à Secretaria da Fazenda que incluía a receita do Fundo Social na base de cálculo para aplicações mínimas e constitucionais na educação e na saúde. A Fazenda insurgiu-se contra a decisão. O processo tramita no Tribunal de Contas. É relatado pelo auditor Cléber Muniz Gavil.

RESTRIÇÕES

O parecer relaciona 19 ressalvas sobre impropriedades ou irregularidades de órgãos, empresas estaduais. Determina a realização de auditorias na SCGás, onde ocorreram misteriosas mudanças no controle acionário e está sendo questionada a distribuição de lucros para apenas duas empresas, e também investigação na Casan, cujo balanço está sendo contestado.

O ex-presidente Walmor de Luca chegou ao auditório do Tribunal de Contas antes de iniciada a sessão. Não mediu as palavras. Declarou ao conselheiro Ribas Júnior que o balanço da Casan de 2010 tinha registrado um lucro de R\$ 32 milhões e que, estranhamente, o balanço publicado pela nova diretoria acusava um prejuízo de R\$ 11,5 milhões. Foi além na denúncia: “Eu não assinei este balanço publicado na imprensa. Nem eu nem vários diretores”. Não soube explicar a mudança dos números, alertando que o procedimento configura crime de falsidade ideológica.

Na origem da transformação do lucro em prejuízo estaria uma ação milionária da Fucas, a Fundação Casan, criada em 1977 como entidade de assistência social sem fins lucrativos. A Fucas está requerendo na Justiça pagamento pelo empréstimo que teria feito à diretoria da Casan há mais de 10 anos, cobrando juros superiores a 2% ao mês. A dívida foi se avolumando e a Casan não a liquidou. A CPI da Casan na Assembleia considerou a dívida improcedente. Concluiu que a própria Casan transferia 4% do valor da folha para a fundação, a título de manutenção do PAD – Programa de Auxílio Desemprego. O fruto desta poupança é que depois foi emprestado pela Fucas à própria Casan. A estatal perdeu em duas instâncias. Walmor de Luca negou-se a admitir o débito, alegando que o Banco Central não reconhece a Fucas como instituição creditícia. E desconhece se o recurso ao STJ foi impetrado pela atual diretoria.

O relatório considera o prejuízo da Casan injustificado e indica a auditoria. Em relação à SCGás, a auditoria deverá questionar até aspectos da concessão do serviço.



CLIPPING

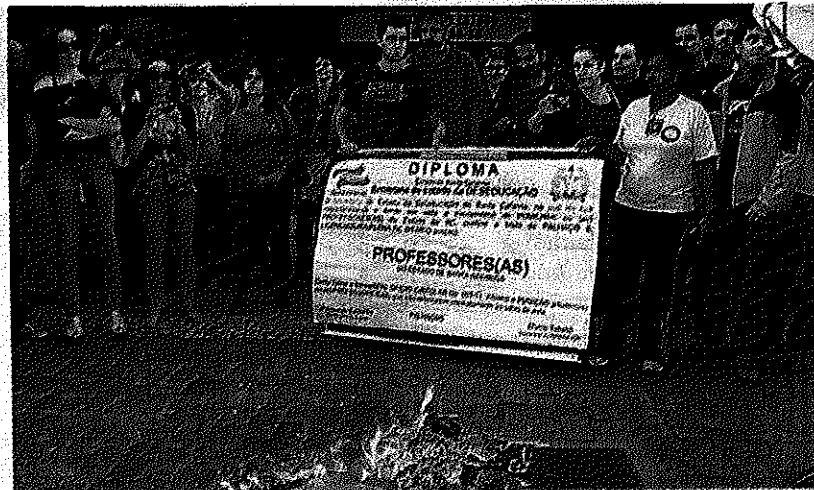
Veiculo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Cartas	Data: 25/5/11
Assunto: Greve do magistério		Página: online

GREVE DO MAGISTÉRIO

Mais uma vez, professores da rede pública precisam lutar contra governantes que insistem em derrubar a lei federal que define o piso salarial do professor. Está na hora de a sociedade exigir daqueles que foram escolhidos através do voto mais agilidade e dedicação a causas pertinentes, como a educação, que é a base para uma sociedade justa e igualitária.

Alessandro Almeida
Historiador - Blumenau

Veiculo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Visor	Data: 26/5/11
Assunto: Deseducados		Página: online



DESEDUCAÇÃO

Grupo de professores resolveu queimar um diploma gigante de “deseducação”, em frente à Secretaria de Estado, para protestar contra o que eles chamam de lentidão do governo nas negociações.

6.11

0.21

1.01



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 26/5/11
Assunto: Kit contra homofobia é suspenso		Página: 33

FIM DA POLÊMICA

Kit contra homofobia é suspenso

Depois de se reunir com deputados da chamada bancada religiosa, a presidente Dilma Rousseff determinou, ontem, a suspensão da produção e distribuição do kit anti-homofobia em planejamento no Ministério da Educação e definiu que todo material do governo que se refira a “costumes” passe por uma consulta aos setores interessados da sociedade antes de serem publicados ou divulgados.

Segundo o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral), Dilma considerou o material “inadequado” e o vídeo “impróprio para seu objetivo”.

A bancada evangélica da Câmara chegou a ameaçar o governo com obstrução da pauta no Congresso, colaborar com assinaturas para convocar o ministro Antonio Palocci (Casa Civil) a se explicar sobre sua evolução patrimonial e propor uma CPI para investigar o MEC. Os ministros da Educação, Fernando Haddad, e da Saúde, Alexandre Padilha, serão chamados ao Planalto para conversar sobre o caso.

– A presidente assistiu ao vídeo, não gostou e vai conversar com os ministros. Ela achou que o vídeo era impróprio para o seu objetivo. Não se trata de uma posição só de aparências. A presidente tem as suas convicções e acha que o material é inadequado. Ela foi muito clara nesse sentido e determinou que esse material não circule oficialmente por parte do governo – declarou Carvalho.

A controvérsia

CONTEÚDO

- 5 vídeos que abordam a presença de gays e travestis nas escolas.
- 3 deles foram exibidos à imprensa em janeiro, em versão preliminar. Eles ainda seriam submetidos a uma comissão interna do MEC ante de ser distribuídos a escolas públicas.

VÍDEOS

1. Encontrando Bianca

- A travesti Bianca diz que não se sentia bem com roupas de menino, pois sempre se sentiu mulher. Ela sofre preconceito na escola, onde teme ser agredida, e quer ser chamada por seu nome de mulher e poder usar o banheiro feminino.

2. Torpedo

- Alunas que têm um relacionamento têm fotos divulgadas na internet. Elas enfrentam olhares no colégio, mas, no pátio, se abraçam e decidem namorar.

3. Probabilidade

- O vídeo conta a história de Leonardo, que se descobre bissexual. Conhece Rafael, primo de Mateus, um amigo que ele descobre ser gay, e percebe que sente pelo rapaz o mesmo que sentia por Carla, sua ex-namorada.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 26/05/11
Assunto: Presidente Dilma suspende 'Kit gay'		Página: 10

Presidente Dilma suspende 'kit gay'

BRASÍLIA — A presidente Dilma Rousseff determinou ontem a suspensão da produção e distribuição do kit anti-homofobia em planejamento no Ministério da Educação, e definiu que todo material do governo que se refira a “costumes” passe por uma consulta aos setores interessados da sociedade antes de serem publicados ou divulgados.

Segundo o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral), Dilma considerou o material do MEC “inadequado” e o vídeo “impróprio para seu objetivo”. A manifestação ocorreu na esteira de uma reunião de Carvalho com a bancada evangélica da Câmara.

Defesa.
Presidente
Dilma em
defesa de
ministro
Palocci



O grupo de parlamentares chegou a ameaçar o governo com obstrução da pauta no Congresso, colaborar com assinaturas para convocar o ministro Antonio Palocci (Casa Civil) a se explicar sobre sua evolução patrimonial e propor uma CPI para investigar o MEC.

No plenário, o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ) chegou a pedir a demissão do ministro

da Educação, Fernando Haddad. Na semana passada, o mesmo Garotinho, que é vice-presidente da Frente Parlamentar Evangélica, afirmou que 74 deputados, não votaria “nada”, nenhum projeto na Câmara, até que o governo recolhesse os vídeos anti-homofobia. Os deputados evangélicos afirmam que os vídeos e a cartilha “são um estímulo ao homossexualismo”.



CLIPPING

Veículo: Revista Veja	Editoria: Educação	Data: 26/05/2011
Assunto: Os adversários do bom português		Página: Maio

OS ADVERSÁRIOS DO BOM PORTUGUÊS

Doutrinar crianças com a tese absurda de que não existe certo ou errado no uso da língua é afastá-las do que elas mais precisam para ascender na vida

RENATA BETTI E ROBERTA DE ABREU LIMA

Em um mundo em que o sucesso na vida profissional depende cada vez mais do rigor intelectual e do conhecimento, causa perplexidade a bandeira que vem sendo empunhada em escolas públicas e particulares brasileiras por uma corrente de professores de lingüística. Eles defendem a ideia de que não existe certo ou errado na língua portuguesa, mas que a norma culta, ancorada na gramática, é só mais uma entre as várias maneiras de expressar-se. Para esse grupo, chamar a atenção do aluno que infringe tais regras — papel fundamental de um bom professor — é “preconceito lingüístico”. Adotado nas aulas de português de meio milhão de estudantes do ensino fundamental, o livro *Por uma Vida Melhor* é uma amostra do que propaga esse círculo de falsos intelectuais. Escreve Heloisa Ramos, uma das autoras: “Você pode estar se perguntando: ‘Mas eu posso falar *os livro*?’”. Claro que pode”. O erro crasso de concordância seria apenas uma “variação popular”, segundo a autora. Certamente um desserviço aos jovens de uma nação de iletrados sedenta de conhecimentos. Mas as autoridades já estão cientes desse desastre e cuidam de reverter seus efeitos, certo? Errado. A ignorância prospera sob a chancela oficial. O Ministério da Educação (MEC), que pagou pelos livros e os distribuiu, decidiu não retirá-los das escolas. Diz a educadora Maria Inês Fini: “A escola que não enfatiza a norma culta da língua está excluindo seus alunos da cul-

tura dominante, que todos devem almejar e à qual devem ter acesso”.

O motor ideológico dos obscurantistas se move em torno da visão de que a língua culta é um instrumento de dominação das elites. Essa tolice é disseminada nas faculdades brasileiras de pedagogia. Resume o historiador Marco Antonio Villa: “O discurso dominante nessas instituições valoriza a ignorância”. Essa visão mesquinha deturpa a sociolingüística, ramo de estudo focado nas variações do uso de um idioma — o que é bem diferente de menosprezar a norma culta e ensinar às crianças que elas podem falar “nós vai” ou “nós pegou o peixe” e que, se alguém as admoestar, é por “preconceito lingüístico”. Esses desvarios são o retrato da atual situação política brasileira, comandada por uma ortodoxia cada vez mais ousada em sua destruição impune de todo bem cultural que não se encaixa na sua estreita visão de mundo. “A ideia de que a língua culta é um instrumento de dominação da elite é um absurdo que não se vê em nenhuma outra nação desenvolvida”, diz o linguista Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras e autor de dezenas de livros. Um dos expoentes dos talibãs da lingüística no Brasil é um certo Marcos Bagno, professor da Universidade de Brasília (UnB), hoje o grande madraçal da ortodoxia dessa estupidez. Bagno criou o termo “preconceito lingüístico” em um livro de mesmo nome lançado na década de 1990.

Já é um escândalo planetário que o suado dinheirinho dos brasileiros honestos e trabalhadores esteja sendo usado

para sustentar os desvarios dos talibãs acadêmicos. A preguiça mental desses doutores do atraso é sustentada por brasileiros de quem o Fisco arranca a maior carga de impostos do mundo entre os países emergentes, por pais e mães que gastam metade do que ganham para pagar uma boa escola privada aos filhos, suprimindo com seu suor o que deveria ser obrigação do estado. Para a procuradora da República Janice Ascari, está-se diante de um crime “contra nossos jovens... um desserviço à educação já deficientíssima no país”. É espantoso que as crianças brasileiras estejam sendo expostas a esse tipo de lixo acadêmico travestido de vanguarda cultural, quando deveriam estar aprendendo as disciplinas obrigatórias e acumulando o conhecimento e as habilidades que as tornarão capazes de enfrentar com sucesso os desafios do mundo real. O crime apontado pela procuradora Janice Ascari ocorre em um país em que, ao final do ciclo escolar, 62% dos estudantes são incapazes de interpretar textos, onde 1 milhão de vagas abertas pelas empresas brasileiras não podem ser preenchidas por falta de gente qualificada. Enquanto isso, nas salas de aula das escolas públicas, as crianças brasileiras carentes de “aprender a pescar”, no sentido do provérbio, são ensinadas que é certo falar “nós pega o peixe”.



CLIPPING

Veículo: Revista Veja	Editoria: Lya Luft	Data: 26/05/2011
Assunto: Chancela para a ignorância		Página: Maio

Chancela para a ignorância

Esse título me foi dado por Alexandre Garcia, no programa *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo: ele certamente não se importará com esse pequeno “furto” de seu talento. Referia-se ao tema que, mais do que me preocupar, me causa escândalo e assombro. Um livro didático aprovado pelo Ministério da Educação e incluído entre os livros comprados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que consagra muitas obras didáticas no país, promove o não ensino da língua-padrão, que todos os brasileiros, dos mais simples aos mais sofisticados, têm direito de conhecer e usar. O livro e a ideia que o fundamenta começam a merecer críticas de entidades como a Academia Brasileira de Letras e de centenas de estudiosos. Eu o vejo como o coroamento do descaso, da omissão, da ignorância quanto à língua e de algum laivo ideológico torto, que não consigo entender bem. Pois uma das ideias seria não submeter os

“Um livro didático aprovado pelo Ministério da Educação promove o não ensino da língua-padrão, que todos os brasileiros, dos mais simples aos mais sofisticados, têm direito de conhecer e usar”

alunos menos informados — isto é, os que devem aprender, como todos nós — a nenhum “preconceito” porque falam e escrevem errado. Portanto, nada de ensinar nada a ninguém, ou ele se sentirá humilhado em vez de estimulado a melhorar. O mais indicado seria poupar o dinheiro e fechar as escolas. Se devemos permanecer como somos, a escola será supérflua. Essa minha dedução não é maldosa nem ficcional: é apenas natural.

Educar é ajudar a crescer. A educação se divide em duas grandes salas ligadas por muitas portas. Uma das salas se chama formação. A outra, informação. A formação ajuda o indivíduo de qualquer idade a moldar seu caráter e sua visão de mundo, a se desenvolver como ser humano. A cultivar valores; a observar e buscar entender e res-

LYA LUFT
é escritora

peitar o mundo e a natureza, o outro e a si mesmo; a construir o seu lugar na terra, por mais simples que ele seja. A discernir entre certo e errado, bom e mau, e a curtir o belo e o bom que devem ser buscados, dentro das condições de cada um; a dar um sentido a sua vida, seu trabalho, seu convívio. A colaborar, com esse aperfeiçoamento pessoal, para que sua família, a comunidade, o país se tornem um pouco melhores.

A outra sala do complexo Educação é a informação: é onde adquirimos conhecimentos sobre ciências, arte, história, geografia, matemática, idiomas estrangeiros e, em primeiro lugar, aprendemos a usar melhor nosso próprio idioma, pois esse é nosso melhor cartão de visita, nossa apresentação, e o que nos distingue como mais ou menos preparados. É natural usarmos roupas e modos diferentes quando estamos em ambientes diversos, com a turma na escola ou na balada, buscando emprego numa entrevista ou pedindo um empréstimo num banco. Não vamos de cueca ao cinema, não entramos de camisola no avião. Da mesma forma, não escrevemos um trabalho escolar com a linguagem válida nos torpedos ou na internet. Essa variedade se chama adequação, é essencial, é natural e enriquece a língua.

Mas querer que a escola ignore que existe uma língua-padrão, que todos temos o direito de conhecer, é nivelar por baixo, como se o menos informado fosse incapaz. É mais uma vez discriminar quem não pôde desenvolver plenamente suas capacidades. É, esta sim, uma postura preconceituosa: os menos privilegiados que fiquem como estão. Com o tempo isso tornará a escola dispensável, pois se ela não deve colocar à

nossa disposição o melhor conhecimento em todos os campos, como direito de todos, poderá ser fechada sem maior problema.

Talvez a adoção desse livro e dessa teoria no MEC nem tenha sido percebida, na montanha de trabalhos que ali se empilham. Imagino que, dando-se conta do havido, as autoridades tomem as providências urgentes que saltam aos olhos de qualquer pessoa minimamente racional e nos livrem de mais esse pesadelo para quem ainda acredita um pouco em educação. Ou, coroada a ignorância, as futuras gerações, livres da escola e do dever de crescer, escreverão e falarão sempre achando naturais e boas coisas como “os home espera”, “nós achemo”, “as mulher precisa”. (Ou “percisa” seria melhor?)





CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 25/05/11
Assunto: Professores suspendem aulas em Santa Catarina e Sergipe		Página: A20

Professores suspendem aulas em Santa Catarina e Sergipe

Sindicato de SC diz que piso nacional beneficia apenas 53% da categoria; sergipanos não aceitam parcelar reajuste

Professores da rede estadual de Sergipe decretaram greve no início da semana para exigir a implementação do piso salarial nacional de R\$ 1.187. Em Santa Catari-

na, os docentes paralisaram as atividades por considerar esse valor muito baixo.

De acordo com o sindicato catarinense (Sinte), a medida provisória que fixou o piso beneficia apenas 53% dos professores – aqueles que recebiam salários em torno de R\$ 609.

“A proposta achata a tabela e tira o estímulo. Quem buscou uma pós, um mestrado ou especialização trabalhará com o mes-

mo nível salarial de quem saiu da graduação”, diz a coordenadora do Sinte, Alvet Bedin.

Em nota, a Secretaria Estadual da Educação garante que nenhum professor ganhará menos que R\$ 1.683 e os profissionais das categorias mais altas não terão redução de vencimentos. O Sinte considera que mais de 90% dos professores aderiram ao movimento. Segundo a secretaria, 52,74% dos 39 mil docentes es-

tão parados.

Em Sergipe, cerca de 300 mil alunos da rede estadual estão sem aulas desde anteontem. Os professores não aceitaram a proposta da Secretaria Estadual da Educação de parcelar o reajuste de 15,86% para os professores de nível 2. O Estado alega enfrentar dificuldades financeiras.

Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre também houve paralisação de professores e servidores da saúde da rede municipal. As categorias querem reajuste salarial de 18%. A prefeitura ofereceu 7%. / **ELDER OGLIARI, JÚLIO CASTRO e ANTÔNIO CARLOS GARCIA**



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 26/5/11
Assunto: MPF quer que participantes do Enem possam recorrer da nota		Página: online

MPF quer que participantes do Enem possam recorrer da nota

O Ministério Público Federal no Ceará (MPF-CE) ajuizou ação pedindo que o edital do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2011 seja alterado para permitir que os participantes possam recorrer da nota obtida tanto na prova objetiva quanto na redação.

Segundo a Agência Brasil, na edição do ano passado, candidatos entraram com ações na Justiça pedindo revisão dos resultados, especialmente da prova de redação, mas os pedidos foram negados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), já que as regras da prova não previam recurso. O edital do Enem 2011, lançado na semana passada, também não abre essa possibilidade. O pedido será julgado pela Justiça Federal no estado. O Ministério da Educação (MEC) informou que não foi notificado e, portanto, não se pronunciará sobre o assunto.

De acordo com o autor da ação, o procurador da República Oscar Costa Filho, o edital de 2011 deve ser alterado “em caráter de urgência”, já que as inscrições começaram ontem (23) e seguem até 10 de junho. A justificativa do promotor é que todos os candidatos têm “direito à ampla defesa e ao contraditório”.

Ao apresentar os detalhes da edição 2011 do exame, a presidenta do Inep, Malvina Tuttman, afirmou que a possibilidade de revisão ainda estava sendo discutida com o Ministério Público. O impedimento, segundo ela, é que, caso fosse dado aos alunos esse direito, os resultados do Enem demorariam muito para ser publicados, o que atrapalharia o cronograma das instituições de ensino superior que usam o exame em seus processos seletivos.

A correção das provas de redação seguirá o mesmo esquema da edição anterior do Enem. Dois técnicos corrigem o texto e, caso haja divergência maior do que 300 pontos – a nota varia de zero a 1.000 – um terceiro professor é chamado para avaliar e dar a nota final. O edital considera que o terceiro corretor “contempla o ofício do recurso”.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 26/5/11
Assunto: Câmara aprova assistência psicológica obrigatória para professores e alunos		Página: online

Câmara aprova assistência psicológica obrigatória para professores e alunos

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou hoje, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 7500/06, da ex-deputada Professora Raquel Teixeira, que prevê a obrigatoriedade de assistência psicológica a professores e alunos da educação básica. A proposta agora será encaminhada para o Senado, se não houver recursos para análise pelo Plenário.

De acordo com a Agência Câmara, o texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Efraim Filho (DEM-PB), que corrige vícios de iniciativa da proposta. Segundo o texto aprovado, ficará assegurada assistência psicológica, por profissional habilitado, a alunos e professores. A proposta estabelece que, na regulamentação da medida, o executivo deverá observar relação adequada de número de alunos e número de escolas por psicólogo.

O objetivo da projeto é assegurar um mecanismo de prevenção para reduzir casos de repetência, abandono e violência escolar.

Clipping

CNTE

Indisciplina de aluno brasileiro é acima da média

- ✦ Data: 26/05/2011
- ✦ Veículo: O ESTADO DE S. PAULO - SP
- ✦ Editoria: VIDA
- ✦ Assunto principal: OUTROS

Tamanho da fonte

A -	A +
-----	-----

O Estado de S.Paulo

Um estudo do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) mostrou que as salas de aula brasileiras são mais indisciplinadas que a média de outros países. Por aqui, 67% dos alunos entrevistados (estudantes na faixa dos 15 anos) disseram que seus professores "nunca ou quase nunca" têm de esperar um longo período até que a classe se acalme. A média entre os 66 países pesquisados foi de 72%.

Segundo o estudo, a bagunça tem efeito direto sobre o rendimento dos estudantes.